

# Ética como responsabilidade na filosofia de Emmanuel Lévinas

Elsa Cristina de Lima Agra Amorim Brander\*

A obra filosófica de Emmanuel Lévinas (1906-1995) é sem dúvida o resultado dos infelizes acontecimentos do último século, representado pelas ideologias europeias totalitárias. Encarcerado num campo de concentração na Alemanha durante a segunda guerra mundial, Lévinas sentiu no seu próprio corpo a loucura do Eu europeu na sua tentativa de destruir a alteridade do Outro. Um Outro que mesmo sem se poder defender das tentativas reducionistas do Mesmo o atija!

No entanto a filosofia de Lévinas também pode ser lida, como veremos, como a história da destruição do Mesmo – a história da queda do Eu egoísta, que no seu próprio delírio tenta rejeitar o Outro. Um Outro que poderia simplesmente ser o seu vizinho. Toda a filosofia levinasiana se concentra por assim dizer sobre a sobrevivência e a descoberta dos direitos do Outro. Um Outro que não recebe a palavra, como o mendigo que humilhado recebe uma esmola, mas um Outro que tem em si próprio o direito da palavra. Esta é a fonte ética do filósofo francês<sup>1</sup>. Uma ética que Lévinas descreve como o milagre antes da luz (Lévinas 1981:44). Isto é, o milagre antes da razão!

Este artigo vai discutir os *acidentes* ocorridos do resultado do encontro entre o Eu e o Outro. As teorias levinasianas sobre a alteridade serão o ponto de início da presente discussão, onde se examinarão as condições fundamentais da consciência do Eu sobre o Outro, dos felizes e infelizes momentos deste inevitável encontro, da colisão entre a singularidade e a pluralidade.

---

\* Ph.D. (European Literature and Culture), Aalborg University

## Uma separação radical

*O desejo metafísico não aspira ao regresso, já que é o desejo de um país onde nunca nascemos. De um país completamente estranho, que não foi a nossa pátria e aonde nós nunca viajaremos. (Lévinas, 1996:23)<sup>1</sup>*

*Le désir métaphysique n'aspire pas au retour, car il est désir d'un pays où nous ne naquimes point. D'un pays étranger à toute nature, qui n'a pas été notre patrie et où nous ne nous transporterons jamais. (Lévinas, 1996:23)*

Um indivíduo é o produto das suas próprias experiências no Mundo. Num mundo onde o Outro também existe! É precisamente através do olhar do Outro, que o Eu toma pela primeira vez consciência da sua própria existência. Uma existência como sujeito livre, separado deste Outro, e de um ponto de vista ideal, com a possibilidade de ser um outro para o Outro. O olhar fixo do Outro é capaz, como um acto de pura magia, de pôr o Eu no mundo, e ao mesmo tempo separá-lo deste mesmo mundo. Mas também é nesta separação onde o sujeito faz pela primeira vez face aos seus próprios limites, isto é, a tudo isso que lhe é estranho. Este acto de consciência é o que Emmanuel Lévinas define como separação radical entre o Eu e o Outro (Lévinas 1996: 24). Uma separação que põe o Outro e o Eu numa relação que é, e deverá sempre ficar, assimétrica. A razão desta assimetria encontra-se no facto de Lévinas definir a alteridade como a heterogeneidade radical do Outro, como um direito inato do Outro.

Para Lévinas qualquer relação entre o Eu e o Outro é por assim dizer nada mais que a intensificação da presença de um sistema de referência que tem como ponto de partida o universo do Eu. Ao mesmo tempo que nesta

relação o Eu começa a identificar-se com si próprio em relação a um Outro, que lhe é naturalmente diferente, inicia-se uma relação que é baseada no poder. É nesta precisa altura que o Mesmo aparece, apoderando-se automaticamente de tudo o que se encontra à sua volta. O mundo transforma-se por assim dizer numa loja mágica onde tudo lhe pertence, e onde o seu crédito é infinito: *“Tudo existe aqui, tudo me pertence; na apoderação original do lugar é tudo dado antecipadamente, tudo é compreendido”* (ibid: 28). Com tal liberdade nas suas mãos, o Eu começa a modificar o Mundo, a transformar tudo o que lhe é estranho à imagem de si próprio. O Outro transforma-se no diferente ou no semelhante, o estranho no familiar, e a alteridade do Outro decompõe-se finalmente em mil pedaços que nunca mais se poderão formar na sua origem.

Enquanto este indefeso Outro for o produto da subjectividade do Mesmo, a alteridade pura e simplesmente não existe. A alteridade do Outro fica assim reduzida à diferença ou transforma-se ela própria, como um resultado extremista e forçado do subjectivismo, no Mesmo, isto é, a uma imagem mais ou menos idêntica ao Mesmo. Na terra do Eu não existe nenhuma esperança para o Outro. O constante ir e vir do Eu a si próprio transforma ou neutraliza tudo o que lhe é estranho. A filosofia levinasiana chama precisamente a atenção para este acto consciente que é a viagem de retorno do Eu ao Mesmo, onde o objecto principal é a representação e a formulação da alteridade a partir dos termos propostos pela subjectividade. Transformar a alteridade do Outro, tudo isso que no princípio lhe é a si estranho, é a meta final do Mesmo.

Criticando o pensamento monolítico ocidental, onde o Estrangeiro, este vilão desconhecido, não tem lugar, Lévinas acentua o direito que o Outro tem de ficar Outro. O problema, mas também a esperança na filosofia de Lévinas, é descobrir precisamente a maneira em que o Eu indo ao encontro do Outro não lhe perturba, nem nunca lhe perturbará a sua alteridade. É neste preciso momento que Lévinas formula uma das perguntas centrais de toda a sua obra: *“Mas como é que o Mesmo, que aparece como egoísmo, pode finalmente*

*entrar numa relação com o Outro, sem ao mesmo tempo lhe extrair a sua alteridade?”* (ibid:28). A resposta a esta pergunta não é fácil! No entanto Lévinas assinala no início da sua obra a necessidade de uma relação transcendente, uma relação com raízes profundas na metafísica. Assim definida, a alteridade do Outro não é alteridade *em relação* a um dado Mesmo, mas simplesmente em relação ao próprio Outro. O Outro não tem origem no mundo do Mesmo; pelo contrário, já existe antes do Mesmo. Em princípio o Eu não pode, nesta relação transcendente, nem sequer limitar a liberdade do Outro. O Outro metafísico não pode ser determinado nem reconhecido. O verdadeiro encontro com o Outro absoluto é um encontro transcendente, que surpreende o Mesmo. Neste encontro transcendente o Outro absoluto chega com um rosto e uma linguagem de um mundo que é radicalmente estranho ao Mesmo. O Outro chega por assim dizer de uma exterioridade, de uma distância que é, e sempre será, infinita.

### **O rosto**

Para Lévinas o problema da filosofia ocidental é que ela é na maioria dos casos uma ontologia – isto é, uma redução do Outro ao Mesmo (ibid: 34). No entanto é nesta posição crítica do filósofo que também se descobrem alguns dos mais importantes mistérios da filosofia de Lévinas – como é que é possível para o Eu reconhecer o Outro, sem pelo menos o tentar compreender, capturar, transformar a sua exterioridade? É verdadeiramente possível para a filosofia ocidental, que tendo as suas raízes no *logos*, na razão, reconhecer o Outro sem propriamente o transformar, o traduzir ou mesmo o invadir? E além disso porque é que Lévinas faz constante referência a termos como *exterioridade* e *infinito* para chamar a atenção do problema da ontologia como domínio imperialista do Eu, como totalidade?

Segundo Lévinas só pode existir um relacionamento entre o Eu e o Outro se este mesmo for fundado em princípios éticos. Através da ética o

relacionamento entre dois seres absolutamente diferentes é um relacionamento fundado na distância, onde pelo menos um dos elementos é portador de uma exterioridade absoluta. A ideia do Infinito é trazida por Lévinas do método cartesiano, para demonstrar que é possível para o Mesmo ter um relacionamento com um ser de uma exterioridade absoluta. Um ser que existe radicalmente fora da compreensão humana. A ideia do infinito é transcendente, isto é, inconcretizável. Desta maneira a exterioridade do Outro absoluto encontra-se além do próprio ser, no rosto de Deus ou simplesmente no rosto do Estrangeiro. A exterioridade é o que está fora do alcance de qualquer concretização possível, e por isso mesmo o que nunca se pode possuir ou dominar. Deste modo a compreensão do relacionamento ético entre o Mesmo e o Outro é feita a partir da ideia do infinito, da ideia da exterioridade. Como já foi dito anteriormente, o relacionamento ético aparece como rosto e como fala. É através do rosto que o Mesmo encontra fisicamente o Outro, um outro ser humano. O encontro com o rosto e a fala do Outro é a única possibilidade que o Mesmo tem no seu caminho para a verdade, a sua única possibilidade de aprender a receber. Somente através do rosto e da fala pode o Eu chegar ao Outro como seu vizinho. Em Lévinas o encontro entre o Eu e o Outro é uma separação *ad infinitum*, onde só é possível chegar ao Outro se o Eu se atirar de cabeça a uma arriscada procura da verdade. Uma verdade que não tem origem no Mesmo, mas sim na exterioridade do Outro. A consciência que a verdade existe num além, implica ao mesmo tempo uma nova forma de saber, que tem a sua origem fora da subjectividade. A filosofia de Lévinas insiste no facto de o Outro absoluto e o Mesmo serem duas entidades diferentes. Mas diferença não quer aqui dizer diferente de, já que para Lévinas o importante é defender a existência autónoma do Outro. Dizer que o Outro é diferente do Eu seria o mesmo que dizer que o Outro só existiria a partir do pensamento do Mesmo. A filosofia de Lévinas insiste, precisamente ao contrário, no facto de a exterioridade, isto é, a separação entre o Eu e o Outro, ser inevitável. O

resultado desta separação, desta exterioridade é que o Eu nunca poderá reduzir o Outro a uma imagem de si próprio, nem sequer defini-lo, já que o Outro estará sempre fora do alcance do pretensioso Mesmo.

A escolha de Lévinas do termo rosto repousa certamente na tradição bíblica e judaica, onde Deus é geralmente definido como Rosto ou como Olhar. O termo rosto em hebraico é especialmente usado na compreensão da existência ou proximidade de Deus. Como exemplo traduz-se o termo Deus em hebraico (*El Roi*) como olhar ou como aparição (Buttrick 1962:412). Mas o olhar de Deus não é acessível ao Homem. Olhar Deus nos olhos é mortal para o Homem.

O rosto é segundo Lévinas o mesmo que a exterioridade, a prova da existência divina do Outro absoluto. Contrariamente ao rosto o olhar é definido por Lévinas como um movimento em direcção à totalidade, já que é através do olhar que o Eu tenta pôr o Outro à vista, tenta objectivar o Outro. O olhar é sobre este ponto de vista como o olhar hipnótico da cobra, que engole a sua vítima com o fim de a destruir. Este olhar representa para Lévinas a tentação de sistematização total do saber do mundo ocidental. Uma sistematização profundamente enraizada na solidão do Eu no mundo. Um Eu que se descobre através do seu olhar solipsístico.

Ao contrário, o rosto é definido como um *não-lugar*, onde o Outro absoluto habita em pura liberdade numa habitação sem portas, sem janelas, sem sequer muros. Deste rosto nasce tudo isso que o Eu no seu desejo existencial sente falta, precisamente o encontro com um Outro, e o desejo de dialogar com este Outro: *“O Outro não aparece somente através do rosto - como um fenómeno onde a liberdade de acção é limitada”* (Lévinas. 1996: 212). Na filosofia ética levinasiana o Outro chega ao encontro como fala, como isso que o filósofo define como um *falar-se*, que é descrito como *“Antecipadamente aos símbolos verbais, antecipadamente aos sistemas linguísticos e antecipadamente aos jogos semânticos”* (Lévinas, 1978: 6).

Como tal o falar está para Lévinas na origem própria da linguagem. Mas esta mesma linguagem não é definida em termos de uma relação arbitrária entre o significado e o significante. A posição céptica do filósofo deve-se simplesmente ao facto de a verdade, segundo Lévinas, não ser um direito apenas da subjectividade. A verdade está também além do Eu. Na exterioridade do Outro. Na alteridade. Para que o Eu tenha uma oportunidade de ir ao encontro da verdade do Outro, este tem primeiro que tomar uma decisão ética com origem no desejo metafísico, que para Lévinas é definida como bondade. A decisão ética significa que o Eu deixe imediatamente o seu casulo egoísta e comece, com a bondade bem enraizada no seu coração, uma grande e perigosa viagem em direcção ao rosto espontâneo do Outro. E é neste preciso momento que o Eu por assim dizer se responsabiliza pelo Outro:

Como responsabilidade eu compreendo a responsabilidade pelo Outro, quer dizer, uma responsabilidade pelo que não é meu..., e mesmo pelo que não me respeita; ou então que precisamente me respeita se me aproximar eu próprio como rosto (Lévinas 1992: 91-92)

A responsabilidade nasce por assim dizer do rosto inquisitivo do Outro. Mas a responsabilidade que o Eu tem pelo Outro deve ser compreendida como uma relação assimétrica, porque o Eu não deve esperar que o Outro seja pelo seu lado também responsável por si. Como Lévinas explicitamente escreve: “*A reciprocidade é à sua escolha*” (ibid: 94). Como tal o Outro não é obrigado a sentir responsabilidade pelo Eu. Um facto que em si mesmo acentua a filosofia de Lévinas como sendo uma filosofia do inesperado, já que o acto de esperar é em si próprio a maneira como o Eu totaliza o Outro como desejo e não como bondade. Actualmente o termo responsabilidade apela para a necessidade de comunicação, mas uma comunicação não em termos de discurso entre um emissor e um receptor, mas sim como *diálogo*, compreendido como conversação

entre dois seres diferentes. É precisamente através do *diálogo* que o Eu alcança saber. Deste modo a linguagem acentua em si própria a exterioridade do Outro, não como resistência ao Mesmo, mas como instrução. Através da linguagem, do *diálogo*, o Outro fica fora do alcance do Mesmo. Este é o direito inato da existência do Outro e da sua alteridade. A decisão ética que o Eu tem de tomar e conservar é o face-a-face do *diálogo*, já que é através deste que a pluralidade do Outro se manifesta. Através do acto de *dialogar* o Eu pode finalmente escutar a voz divina do Outro. Uma voz que é saber e revelação. Uma vez mais Lévinas deixa-se inspirar pela tradição bíblica, onde a voz de Deus, o falar divino contrasta com o silêncio diabólico. O falar envolvendo a voz, a voz envolvendo o ar, é o símbolo do espírito.

Na criação do universo Deus não utilizou somente a sua vontade, mas muito importante a sua voz para criar o Mundo do nada. A voz divina é um dos meios onde se atinge a divina perfeição. Através da Sua voz manifesta-se Deus ao Homem, através da Sua voz declara Deus a sua indignação pela vileza humana. Através da voz exprime-se Deus como sendo Início e Fim, como Tudo e Nada: “Eu sou Alfa e Omega” (Biblen, 1978, Åb, 1:8). Para sublinhar a importância levinasiana de destruir o império egocêntrico do Mesmo situado num universo totalitário, Lévinas lê a interpretação teológica da relação de Deus com a Sua Criação, como possessão ontológica, como tentação de neutralizar a pluralidade, de modificar esta mesma pluralidade em similaridade. Lévinas crê que a distância entre o Eu e o Outro, entre o sujeito e o objecto, entre os diferentes seres, é necessária para a conservação da exterioridade. Uma exterioridade que descende do Nada, isso que Lévinas descreve como *criação ex nihilo* (Lévinas 1996: 107). A criação divina vem do Nada, do Infinito, de uma separação em vez de uma origem comum. Lévinas vê a comunidade como a terra do Mesmo, já que numa comunidade os seres são mais ou menos iguais. Na comunidade o Eu não vai ao encontro de um Outro, mas de um ser que é feito à sua própria imagem. É na infinidade que aparece a

possibilidade da pluralidade. É nesta luz que a interpretação levinasiana da bondade fica mais aparente - O amor de Deus é um amor por seres diferentes, seres que não são feitos à sua própria imagem, mas que são seres diferentes de Si próprio.

É precisamente aqui que a filosofia de Lévinas pode ser definida como uma filosofia que nega ao Eu o que parecia no princípio ser o poder inato do seu próprio centro. É também neste acto de negação que Lévinas chama a atenção do sujeito para a existência de um Outro. O Eu tem por assim dizer que abdicar do seu centro, tem que se retirar deste mesmo centro. A verdade é que de uma maneira o Eu já está automaticamente excluído, porque se a interioridade do Mesmo fosse perfeita, este não poderia, nem na sua imaginação, delirante reconhecer a existência de um Outro. Só se este fosse uma criação de si próprio. Lévinas define a relação do Mesmo com o Outro como uma pré-relação, onde a responsabilidade é originada na responsabilidade infinita, uma responsabilidade que não parte da obrigação, uma responsabilidade que está além da obrigação do Eu. Uma obrigação sem origens (Lévinas 1978: 12). Esta *a-origem* é uma condição sem memória, sem tempo nem espaço, situada fora do presente, situada na dimensão do incompreensível, na dimensão divina. É aqui neste além, que a responsabilidade ordena ao Eu para se aproximar de um ser que tem possibilidade de se dar a reconhecer como sendo o seu vizinho. Mas um vizinho sem a necessidade da existência de uma relação de dependência. Na acentuação da origem da responsabilidade nesta condição de pré-memória, neste não-presente, o rosto do Outro não aparece por assim dizer. O Mesmo fica simplesmente consciente da existência deste mesmo rosto. Lévinas cria o termo *illéité* (dele/isso). É nesta própria *illéité* que a alteridade existe fora do alcance da consciência do Mesmo, fora do alcance da sua compreensão. Para Lévinas é a *illéité* definida como imobilidade, porque qualquer acto de acção implicaria que a responsabilidade pelo Outro teria origem no Mesmo, e que este Mesmo

tivesse consciência do rosto do Outro. Isto seria o mesmo que dizer que a origem do Outro está fundada no Mesmo. Mas segundo Lévinas é o Outro que nomeia o Mesmo, antes deste Mesmo chegar a nomear-se a si próprio, chegar a ter consciência da sua própria existência e do seu próprio significado.

*Illéité*, alteridade, é definido segundo Lévinas como passividade. Por isso mesmo é a proximidade da relação entre o Mesmo e o Outro, uma proximidade na distância, uma proximidade sem limites. Proximidade pode aqui definir-se como a água que Tântalo tanto desejava, se ele se tivesse saciado sem por isso mesmo ter bebido. Na proximidade entre o Eu e o Outro não existe o tocar. Isto não quer dizer que o Eu não seja atraído pelo Outro. O Eu não pode escapar a esta tentação. Na responsabilidade do Eu pelo Outro é importante sublinhar que o Eu é idêntico a um *aquí estou eu para o Outro*, que este pode dispor livremente. Porque é que o Eu é responsável pelo Outro? Sou eu o guardião do meu irmão? "*Suis-je le gardien de mon frère?*" (ibid.: 150). Se o Eu mostrasse somente interesse em si próprio, este nunca poderia mostrar interesse por um Outro. Somente ficando *refém* do Outro, o Eu pode vir a mostrar responsabilidade pelo Outro, onde o significado de "*Je est un autre*" (ibid.: 151), o Eu é um outro, sublinha o acto de ser para o Outro, onde a própria subjectividade chega a pôr-se no lugar do Outro, quer dizer, de um modo diferente de ser. Somente desta maneira pode a exterioridade do Outro transformar-se em aproximação. Aproximação como distância! Já que quanto mais aproximação mais distância, mais diferença existe.

### **Responsabilidade como pluralidade**

Não obstante, a diferença levinasiana não é de origem aristotélica, enraizada numa falta de qualquer coisa, de uma falta de um elemento qualquer. A diferença segundo Lévinas tem sim origem no Infinito, na exterioridade. A diferença entre o Eu e o Outro deve ler-se por assim dizer como uma não-indiferença do Eu pelo Outro, como responsabilidade. Ninguém pode negar

isto ao Eu, e é deste modo que o Eu pode descobrir que a justificação da sua própria existência está enraizada nesta mesma responsabilidade. A humanidade do Eu é precisamente este acto de responsabilidade, este acto de negligência de si próprio. A tranquilidade descobre o Eu nesta prontidão para um Outro, a tranquilidade descobre o Eu no seu carácter insubstituível, já que ninguém pode tirar ao Eu esta oportunidade única que é a responsabilidade por um Outro: *“Eu posso pôr-me no lugar dos Outros, mas ninguém pode pôr-se no meu lugar. Deste modo a minha identidade é inseparável do sujeito.* (Lévinas 1995: 97). A responsabilidade ética levinasiana pode pura e simplesmente definir-se como *um aqui estou eu e eu não espero nada.*

Segundo Lévinas a porta não se abre para o Outro como quando se abre a porta a um convidado. O Outro não é nenhum convidado. É o Eu que o é. O Eu é o convidado do Outro, porque o Outro está na própria origem da identidade do Mesmo. O Eu é convidado pelo Outro para um possível encontro. Um encontro onde o Outro não chega primeiro, mas já lá está há muito tempo. A sorte do Eu está nesta eterna chegada atrasada. O encontro ético do Eu com o Outro supõe que o Eu como convidado abra a porta ao Outro, consciente de que a proximidade do Outro será sempre como um acto de desaparecimento, uma espécie de *“J’ai ouvert...il avait disparu.”* (Lévinas, 1978: 112). Eu abri...ele tinha desaparecido.

Mesmo que a distância entre estes dois Seres seja impossível de se estabelecer, é esta mesma distância a garantia da não-indiferença do Eu pelo Outro. Este é também um dos momentos éticos centrais da filosofia de Lévinas. Um momento ético que critica a filosofia monolítica ocidental, que coloca a subjectividade, o Eu, como raiz de todo o saber possível. A filosofia de Lévinas tem como fim derrubar o domínio da subjectividade, e fazer o Outro resistente ao onipotente Eu. É desta maneira que a filosofia ética levinasiana tenta sacudir o domínio do racionalismo ocidental, onde o Outro e a sua alteridade

são sistematizadas por uma razão (ratio), que tem como ponto de partida a negação do Outro e de tudo o que é exterior à subjectividade do Eu.

A filosofia ética de Lévinas abre um olhar crítico sobre o exame de sistemas culturais diferentes dos do sujeito. A filosofia ética de Lévinas representa por assim dizer uma declaração e uma propagação de uma pluralidade cultural e a existência de uma consciência dos limites impostos na interpretação de representações culturais diferentes. Torna-se assim de grande importância compreender que o encontro do Eu com o Outro não é visto a partir da aceitação nem do reconhecimento, mas sim de um contínuo *caminhando* em direcção ao encontro do Outro. O Eu é deste ponto de vista não o anfitrião, mas o convidado do Outro. É neste pensamento radical levinasiano que se dá a descobrir a realidade da irreversível pluralidade.

A filosofia de Lévinas requer em primeiro lugar um novo modo de pensar a relação entre países e povos diferentes. Por isto mesmo a filosofia levinasiana não é fácil de pôr em acção, de utilizar concretamente no dia-a-dia do cidadão, no dia-a-dia político de uma e mesma comunidade. Não é tarefa fácil para nós ocidentais que crendo na existência de leis, de puras e simples verdades, aceitar que existem verdades que sendo outras fogem ao nosso entendimento.

Talvez o mais importante que nós como cidadãos ocidentais possamos aprender é a importância da tolerância por tudo que de nós é diferente. Tolerância não é em Lévinas complacência, indulgência, aceitação. Tolerância é um direito que nasce do Outro, que pertence à alteridade deste mesmo Outro. A tolerância levinasiana é a única possibilidade que o Eu tem de ficar mais perto da sua própria humanidade.

Compreendida deste modo, a filosofia levinasiana é como um rasto que nos leva, ou que pelo menos tem a possibilidade de nos mostrar qual o caminho para uma pluralidade, isto é, uma humanidade mais humana. Este país onde nós não nascemos. Este país que talvez seja pura e simplesmente a

terra do Outro. Este além para nós inalcançável. Mas que portanto existe. E mais importante tem direito de existir!

## Notas:

1. Todas as traduções são feitas pelo autor.
2. Lévinas nasceu na Lituânia. Em 1930 o filósofo recebeu a cidadania francesa

## Bibliografia

**Biblen**, (1987). *Den Hellige Skrifts Kanoniske Bøger samt de apokryfiske bøger*. Udgivet af det Danske Bibelselskab, København.

**Buttrick**, George Arthur, (1962). *Names of God. The Interpreter's Dictionary of the Bible*. New York.

**Lévinas**, Emmanuel, (1978). *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. Collection publiée sous le patronage des centres d'archives Husserl, n° 54. La Haye. Martinus Nijhoff, Phaenomenologica.

**Lévinas**, Emmanuel, (1981). *Otherwise Than Being or Beyond Essence*. Translated by Alphonso Lingis.

**Lévinas**, Emmanuel, (1990). *Humanisme de l'autre homme* (1972). Paris, Le livre de poche. Essais.

**Lévinas**, Emmanuel, (1992). *Étique et infini*. Dialogues avec Philippe Nemo / Emmanuel Lévinas (1982). Librairie Arthème Fayard.

**Lévinas**, Emmanuel, (1996). *Totalité et Infini. Essay sur l'extériorité*. Kluwer Academic.